

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO COM MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA: O CASO DO EMMTEC NO ESTADO DE RONDÔNIA

Cristiane Xavier Teixeira
E-mail: crystianexavier@gmail.com
Universidade Federal de Rondônia- Unir

EIXO III – Políticas Educacionais: reforma do ensino médio, BNCC, níveis e modalidades de ensino, currículo e financiamento.

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar como se operacionaliza o EMMTEC em Rondônia em termos de Infraestrutura escolar e a forma de oferta, organização do trabalho educativo, vinculação do currículo à matriz do trabalho produtivo no campo e na cidade e a formação de professores. O método da investigação é o materialismo histórico-dialético, com a utilização de dois instrumentos: pesquisa documental e bibliográfica. As políticas educacionais do Ensino Médio nos últimos anos têm como metas a descentralização, a privatização e a priorização de padrões tecnológicos para a formação de mão de obra barata para o mercado de trabalho, como orientam os órgãos multilaterais do imperialismo, como o Banco Mundial e a CEPAL. Desde a década de 1990 se expande o processo de privatização do ensino médio, com as sucessivas políticas educacionais de profissionalização. O Ensino Médio com Mediação Tecnológica- EMMTEC no Estado de Rondônia não observa a legislação educacional ao oferecer nas escolas da cidade e do campo, o ensino médio por meio de mediação tecnológica, de forma precária, com conteúdos padronizados e homogêneos. O EMMTEC é um programa que traz uma forte presença dos padrões tecnicistas e evidentes indícios de que contribuirá para elevar ainda mais os índices de fechamento de escolas e salas de aula de ensino médio presencial na cidade e no campo rondoniense.

Palavras-chave: Ensino Médio. Mediação tecnológica. Privatização.

Introdução

O problema fundamental da pesquisa versa sobre os processos de precarização do ensino médio a partir da implantação de várias políticas educacionais para esse nível de ensino nos últimos anos. Dentre elas se destacam o projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica- EMMTEC no Estado de Rondônia. Esse projeto está sendo implantado nas escolas do campo e da cidade, ao mesmo tempo em que são fechadas dezenas de salas de aulas de ensino médio presencial. Os objetivos previstos em nosso plano de trabalho foram os de conhecer e analisar o processo de fechamento de salas de aula do ensino médio em Rondônia e suas relações com as políticas educacionais de restruturação do Ensino Médio e de privatização da educação pública.

Para desenvolver essa pesquisa, optamos pelo método do materialismo histórico-dialético entendido como um instrumento de captação dos fatos sociais, da realidade enquanto práxis e na interpretação que possibilite a intervenção transformadora da realidade e de novas sínteses no plano de conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1994, p. 73). Utilizaremos como fontes de dados: análise documental e pesquisa bibliográfica. Na análise documental analisamos o Projeto do EMMTEC seus manuais, módulos, etc. A pesquisa bibliográfica resultou em um levantamento criterioso da literatura sobre as políticas

educacionais para o ensino médio e os processos de privatização e precarização oferecido nesse nível de ensino. O materialismo histórico-dialético nos permitiu analisar a singularidade e a totalidade das relações que determinam o fenômeno pesquisado, desvendando suas principais contradições que serão analisadas teoricamente.

A educação escolar surgiu no contexto da sociedade de classe, pensada para as classes dominantes. Com desenvolvimento do modo de produção capitalista, as fábricas necessitavam de pessoas que detinham o mínimo de conhecimento para operar as máquinas, necessitando, assim, da educação escolar. Na ideologia implantada pelo capitalismo a educação dual foi colocada em prática: para as classes dominantes, o conhecimento científico, para as classes dominadas, conhecimentos rudimentares e práticos, úteis ao seu trabalho produtivo.

De acordo com Marx (1985, p. 388), “[...] circunstâncias externas logo levam o capitalismo a utilizar de maneira diferente a concentração de trabalhadores no mesmo local de trabalho e a simultaneidade dos seus trabalhos”. No entanto, as funções deveriam ser divididas, para atender a demanda do mercado. A produção ficaria mais rápida, aumentando os lucros. Sendo assim, a produção acaba saindo da mão de uma única pessoa e se transformando em um produto para atender as linhas de montagens.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi repartilhado pelas grandes potências mundiais, entre elas os Estados Unidos da América, que acabou ficando com a dominação sobre muitos países na condição de semicolônias, como é o caso do Brasil. Nesse contexto, era necessário um ensino que suprisse a mão de obra qualificada, ou seja, que atendesse a demanda do novo mercado. Para isso se investiu em um currículo educacional fragmentado, como nas linhas de produções das fábricas em que os estudantes recebem a conta gotas o conhecimento científico.

Conforme a carta Magna do país aprovada em 1988, a educação é direito universal aos brasileiros, “sendo dever do Estado e da família” (Art.205). Na década de 1990, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394/96 que ratifica esse direito. Em seu artigo Art. 28 assegura a oferta de educação básica a todos. Esse direito, embora assegurado na legislação, vem sendo negado. As poucas escolas estão fechando, os recursos para manutenção da infraestrutura e recursos humanos são escassos. Para acrescentar a essa problemática está sendo implantado o Programa Ensino Médio com Mediação Tecnológica - EMMTEC nas escolas da rede pública estadual e municipais.

O Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica implantado em Rondônia tem como base legal a LDB nº.9.394/96, as Resoluções nº. 04/2010-CNE/CEB, nº.2/2012-CNE/CEB, nº.095/2003-CEE/RO e nº.1.166-CEE/RO. Foi estabelecido por meio da Portaria N.

680/2016-GAB/SEDUC, de 08/03/2016 nas escolas da rede pública estadual de ensino, visando a concomitância com o Ensino Profissionalizante para oportunizar a “inserção do jovem no mundo do trabalho, continuidade dos estudos e o exercício da cidadania”. O projeto foi aprovado pela Lei. 424 de 14 de junho de 2016 que instituiu o projeto de ensino médio com mediação tecnológica no âmbito da secretaria do Estado de Educação e dá outras providências.

Desde abril de 2016, a partir de estúdios instalados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Zona Norte, em Porto Velho, começaram a ser transmitidas aulas. O Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica está sendo desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), em parceria com IFRO e foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 28 de junho de 2016.

As principais justificativas apresentadas pela SEDUC para implantação do projeto é que não há professores em número suficiente para atender a demanda do ensino médio em todo o Estado e que ele seria implantado em lugares de difícil acesso onde não há escola e também pela contenção de gastos do Estado com educação. Ocorre é que o projeto foi implantado em lugares de fácil acesso, como nas escolas do campo próximas a cidade e nas escolas estaduais da zona urbana, ao mesmo tempo em que se fecham salas de aulas de ensino médio presencial.

As principais políticas educacionais de reestruturação e oferta do Ensino Médio no Brasil

Ao logo da história o Ensino Médio passou por várias reformas. A Lei 4.024/61 designou que Educação de Grau Médio ou Ensino Médio tinha fragmentação de dois ciclos: ginásial e colegial. Já a partir da reforma de 1971, sob a proteção da Lei 5.692/71 sua nomenclatura passou a ser Ensino do 2º Grau e não conseguiu abranger nem o conhecimento propedêutico e sequer a formação profissionalizante. Com a publicação, das novas Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, a terminologia deste nível de ensino passou para Ensino Médio. Conforme seu Artigo 35, o Ensino Médio, compõe-se a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.

No entanto, com início em 1997, a denominada reforma do ensino médio e da educação profissionalizante, estabeleceu que o ensino técnico fosse oferecido de forma complementar, paralela ou sequencial e separado do ensino médio regular. Em 2000 foram criados o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio e o Projeto Escola Jovem. Os dois financiados pelo Banco Mundial com propósitos de apoiar a reforma curricular e

estrutural da expansão da assistência no Ensino Médio no país pelas Unidades Federativas, tendo em vista a melhoria da qualidade.

Entretanto, no que concerne ao primeiro período do governo Lula (2004 a 2007), o Decreto Nº. 5.154/04 readmitiu ao conjunto das escolas médias no país a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissionalizante. Mas a agregação ficando a critério das redes de ensino, nas escolas estaduais o ensino profissionalizante tornando secundarizado em detrimento das premissas apontadas na legislação nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 dispõe sobre a “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”, mas essa obrigatoriedade foi instituída apenas em 2009 pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a obrigatoriedade escolar para a faixa dos 4 aos 17 anos de idade e estabelece o ano de 2016 como o prazo para sua implementação progressiva (BRASIL, 1996).

Da mesma forma, o Plano Nacional de Educação 2014-2024 propõe como meta “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento” (BRASIL, 2014). Mas essa obrigatoriedade não saiu do papel. Entre as crianças e jovens brasileiros que estão fora da escola, cerca de 62% têm entre 15 e 17 anos. Os dados mostram que 1.543.713 deles são adolescentes de 15 a 17 anos, faixa etária que deveria estar cursando o ensino médio.

As políticas públicas educacionais do Ensino Médio sob as orientações dos organismos internacionais

Estamos vivendo uma fase em que o modo de produção capitalista, está passando por uma aguda crise econômica que caracteriza sua fase final. Conforme Lênin (1979), o fenômeno do imperialismo, como etapa superior do capitalismo é a fase em que o desenvolvimento do capitalismo ocorre com o domínio dos monopólios e do capital financeiro, adquirindo grande importância a exportação de capital, a divisão internacional do trabalho e, sobretudo, a partilha dos territórios entre as grandes potências capitalistas, tornando-os dominados e dependentes. Conforme Souza (2014), o Brasil é um país semicolonial e semifeudal, controlado pelo imperialismo, que comanda as relações econômicas, sociais e culturais por meio de suas agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial, a Unesco, etc.

O Banco Mundial é um dos órgãos do imperialismo, que orienta e dirige a esfera social, determinando os rumos que a educação deve tomar nos chamados “países em

desenvolvimento" (semicoloniais) definindo que "a educação deveria ser integrada ao trabalho, com a finalidade de desenvolver as competências necessárias às necessidades do desenvolvimento" (FONSECA, 2004, p.169).

O Banco atua fornecendo empréstimo para os países semicolonais, em contrapartida ele estipula diretrizes a ser seguida, tornando os programas educacionais pragmáticos e hegemônicos visando a formação de capital humano. Conforme explica Frigotto (2005, p.126):

O conceito de capital humano vai mascarar, do ponto de vista das relações internacionais, a questão do imperialismo, passando à idéia de que o subdesenvolvimento nada tem a ver com as relações de poder, mas se trata fundamentalmente de um problema de diferença ou modernização de alguns fatores, onde os recursos humanos qualificados - capital humano - se constitui no elemento fundamental (FRIGOTTO, 2005, p. 126).

A educação básica nesse contexto é uma forma de manter as estruturas sociais capitalistas. Frigotto (2010) afirma que:

A escola também cumpre uma função mediadora no processo de acumulação capitalista, mediante sua ineficiência, sua desqualificação. Ou seja, sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva [...] ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital. A escola serve ao capitalismo, quanto por negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no trabalho e na vida. (FRIGOTTO, 2010, p. 250).

É nesse cenário de dominação imperialista da educação que o ensino médio alcança crescente expressividade no cenário nacional devido às mudanças socioeconômicas e tecnológicas baseadas nos processos toyotistas de flexibilização do trabalho que demanda habilidades cognitivas e características comportamentais, como: capacidade de abstração, raciocínio, domínio de símbolos e de linguagem matemática; iniciativa, responsabilidade, cooperação, capacidade de decisão para o trabalho em equipe, etc. (HIRATA, 1996; PAIVA, 1995).

A educação profissional na atualidade busca o desenvolvimento de competências laborais e a formação de sujeitos empreendedores, reforçam a ideologia da meritocracia, e transferem ao individuo o problema do desemprego, retirando do Estado a responsabilidade frente aos processos de crise do modo de produção capitalista. Em documento chamado de *O novo cenário laboral latino-americano: regulação, proteção e políticas ativas nos mercados de trabalho*, a Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL, 2009) recomenda aos países semicolonais da América Latina e Caribe a combinação de mercados

de trabalho flexíveis e formação contínua para o trabalhador de forma a adaptá-los às mudanças no processo produtivo.

A reforma do ensino médio é um conjunto de novas diretrizes para o ensino médio que dentre outras medidas dispõe o aumento da carga horária para cumprir a meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que, até 2024, 50% das escolas e 25% das matrículas na educação básica estejam no ensino de tempo integral. O currículo do novo ensino médio será orientado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas.

A Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 é compreendida como contrarreforma no Ensino Médio. (FRIGOTTO; RAMOS, 2016). Essa lei está articulada à Base Nacional Comum Curricular aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 15 de dezembro de 2017. Conforme Souza; Rocha e Soares (2018) a BNCC e a Lei Nº 13.415/17 são medidas articuladas pelo setor empresarial para atender aos interesses de mercado:

São políticas formuladas a partir de concepções empresariais, pois na elaboração desses documentos estavam presentes os chamados “parceiros” pelos agentes públicos. Trata-se de instituições financeiras, grandes empresas nacionais e estrangeiras, fundações privadas, etc., que compõe o reacionário Movimento Todos pela Educação, organização empresarial que vem ditando as políticas educacionais brasileiras nos últimos anos. (SOUZA; ROCHA; SOARES, 2018, p.120).

Conforme os autores, a reforma do ensino médio e as políticas educacionais têm como pressupostos básicos a descentralização, a privatização e a priorização de padrões tecnológicos como propulsores de uma educação voltada para os processos mercadológicos.

É nesse contexto, que discutiremos a implantação do EMMTEC em Rondônia.

A implantação do EMMTEC nas escolas do campo em Rondônia

No ano de 2016 o governo juntamente com a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/RO), apontou como solução para melhoria da educação no Estado de Rondônia, o Ensino Médio com Mediação Tecnológica nas escolas da rede pública estadual de ensino. O principal objetivo que o governo pretende solucionar,

[...] Objetivando solucionar essa problemática educacional e estabelecer avanços substanciais na ampliação do atendimento nas comunidades rurais o Governo do estado, por meio da SEDUC/RO em parceria com o IFRO, com o fulcro na resolução nº 1 de 02 de fevereiro de 2016, propõe a implantação do Ensino Médio regular concomitante ao ensino profissional com Mediação Tecnológica, tendo como firme propósito garantir condições sociais dignas para os jovens das populações rurais, oferecendo-lhes uma educação com padrão de qualidade que possibilite a continuidade dos estudos, a construção e reconstrução de conhecimentos para o exercício da cidadania, o oportunizando a inserção no

mercado de trabalho e desenvolvimento econômico do Estado (GOVERNO DE RONDÔNIA, S/D).

O projeto EMMTEC não corresponde à “complementação de aprendizagem”, nem a “situações emergenciais”, pois o programa está sendo implantado em várias escolas onde existe ensino regular com professores habilitados. O objetivo do programa é “Implantar o Ensino Médio com Mediação Tecnológica nos municípios e respectivas zonas rurais, conforme orienta o princípio constitucional quanto à obrigatoriedade gradativa da universalização do ensino médio até 2016” Embora se refira às “zonas Rurais”, o programa está sendo implantado também nas cidades e em escolas do campo de fácil acesso, bem próximas da cidade. Considerando que o Estado de Rondônia as suas zonas rurais não estão isoladas, o ensino a distância, não seria viável.

Além disso, no Plano Nacional de Educação, pontua que os profissionais da educação deveram ter formação continuada que sejam capazes de atender com qualidade os povos do campo e da floresta, respeitando sua diversidade cultural. Segundo o disposto na Meta 7 do Plano Nacional de Educação, Lei Nº 13.005, de 24 de junho de 2014:

Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

Sendo que, a participação das comunidades na implementação do EMMTec nas escolas do campo não contou com a participação da coletividade dos mais interessados, foi simplesmente decidido em gabinete, “desferido” para o povo do campo, implantado de forma arbitrária, em completa discrepância com as necessidades dos povos do campo e ferindo aos preceitos legais. A LDB nº 9394/1996, no Art. 3º, inciso VIII e também quanto diretriz do PNE 2014-2024, no Art. 2º, inciso VI: “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”. As escolas deveriam ter autonomia para decidir sobre a implantação desse programa, como exercício democrático na escola pública.

Os maiores prejuízos com a implantação do ensino médio por mediação tecnológica são sentidos pelos camponeses, que já vem sendo prejudicados há alguns anos com o fechamento das escolas do campo. Com as novas orientações dos organismos internacionais e suas estratégias de desocupação do campo, centenas de escolas foram fechadas no campo em

Rondônia. Crianças e jovens para ter acesso à educação deve se deslocar por longas distâncias (SOUZA, 2014, p. 115). Esse foi um plano do imperialismo para desocupar o campo rondoniense e transforma-lo em território do agronegócio, conforme explica a autora:

Com as novas orientações dos organismos externos e suas estratégias de desocupação do campo, paulatinamente as salas multisseriadas foram sendo substituídas por escolas concentradas em que as crianças e jovens teriam de se deslocar a longas distâncias para terem acesso à escola, pois os objetivos do imperialismo nas últimas décadas é esvaziar o campo, principalmente na Amazônia. (SOUZA, 2014, p. 115).

De 2003 a 2013 foram fechadas 32.770 mil escolas no campo (uma redução de 31% de escolas). Em 2014, oito escolas do campo fecharam por dia no Brasil. Nos últimos 15 anos, o país soma 37 mil unidades fechadas. Em Rondônia no ano de 1997 havia um total de 2.790 escola do campo. Em 2017 constata-se a existência de apenas 492 escolas, ou seja, foram fechadas no período apresentando um total de 2.298 escolas do campo. Em Rondônia quase todos os municípios adotaram as escolas polos, com a construção das escolas polos, as escolas multisseriadas que existia a cada quatro quilômetros nas linhas vicinais foram fechadas. Hoje ao passar pelas linhas vicinais pode-se constatar apenas restos das estruturas, onde anos atrás foi uma escola multisseriada (SOUZA, 2014). Os transportes são precários, os alunos são transportados a longas distâncias para as escolas polos ou para as cidades. Nos últimos anos até mesmo as escolas polos estão sendo fechadas e o governo do Estado busca agora transformar a educação do campo em educação virtual, à distância, com a mediação tecnológica.

Na verdade o que se está implantando é uma política de redução dos gastos com educação, na lógica do estado mínimo. De acordo, com a metodologia do projeto EMMTec apresentado pela Secretaria Estadual de Educação, basta um professor presencial e um ministrante em um estúdio.

[...] A metodologia prevê aulas ao vivo, transmitidas pela televisão, proferidas por um professor ministrante, do estúdio do IFRO em Porto Velho, as quais o aluno assiste na sala da escola de sua comunidade. Sob a orientação de um professor que estará presente em sala, chamado professor presencial, o aluno interage com o professor ministrante, através de um chat, em tempo real, garantindo a completa comunicação entre os participantes do processo de ensino e aprendizagem (GOVERNO DE RONDÔNIA, S/D).

Os milhares de alunos diante de uma televisão se tiverem sorte, uma vez ao longo do curso poderão interagir com o professor ministrante através de um chat. A qualidade do ensino é questionável. As aulas são similares aos programas de auditório dos canais de TV abertos. O currículo não se articula à realidade e necessidades do campo. O projeto consta de

“noções básicas de agroecologia e zootecnia para atendimento as peculiaridades locais”, mas não se especifica esses conteúdos. Conforme pesquisa realizada por Souza; Rocha e Soares (2018) há um processo de intensa precarização do ensino pelo EMMTEC:

Além do esvaziamento e padronização tecnicista dos conteúdos, verificamos que o material de estudos teóricos são *slides* e não há presença de livros; o *chat* não atende a todos os alunos e em muitas escolas não funciona; falta de acesso a internet; falta infraestrutura para implantação em áreas de difícil acesso; as aulas só foram transmitidas em tempo real a partir de 04/04/2016, anteriormente eram repassadas via *pendrive*. Em algumas escolas, como nas comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, diante da falta de estrutura, as aulas estão sendo repassadas via *pendrive*. A situação é ironizada pelas comunidades como “pedagogia do *pen drive*”. (SOUZA. ROCHA; SOARES, 2018, p.125)

Conforme os autores o programa vem promovendo formas precarizadas de formação para as classes populares em Rondônia: “O Emmtec é a naturalização da exclusão e da péssima qualidade de ensino oferecido aos filhos dos trabalhadores da cidade, do campo e da floresta, justificado na ideologia do empreendedorismo”. (SOUZA. ROCHA; SOARES, 2018, p.125). A educação por mediação tecnológica será disseminada na educação pública como forma de economizar gastos e, ao mesmo tempo, garantir uma formação mínima, flexível e direcionada aos objetivos do mercado capitalista na cidade e no campo.

Considerações finais

Historicamente a educação da classe trabalhadora, especialmente a educação do campesinato, desenvolveu-se de forma precária. Os altos índices de analfabetismo e a baixa escolarização chamaram atenção dos organismos multilaterais do imperialismo que orientam educação para a formação de trabalhadores conforme as exigências do mercado. As políticas educacionais do Ensino Médio nos últimos anos têm como metas a descentralização, a privatização e a priorização de padrões tecnológicos como propulsores de uma educação voltada para os processos mercadológicos. Não se busca uma educação de qualidade, mas elevar os índices de escolarização e conhecimentos mínimos que permitam aos jovens, oriundos do ensino médio, inserir-se no mercado de trabalho como mão de obra barata e flexível.

Analizando o projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica- EMMTEC no Estado de Rondônia percebe-se que o Ensino Médio será oferecido de forma precária, com esvaziamento de conteúdos historicamente sistematizados pela humanidade, que não respeita a diversidade dos povos do campo e da floresta. Assim sendo, o processo de transmissão das aulas, que na maioria dos locais chega via pen drive (já que o sinal de internet nem sempre funciona), do material pedagógico empobrecido por um mero programa de televisão com uso

de chat e slide, onde se oferece conteúdos padronizados e homogêneos que não servem aos trabalhadores.

O EMMTEC é um programa que traz uma forte contribuição para o fechamento de salas de aula de ensino médio presencial na cidade e no campo que será substituído pelo ensino com mediação tecnológica, a distância. Essa política fortalece as medidas privatistas para essa modalidade de ensino, que vem sendo gradativamente transferida para o setor privado e uma formação precária que atenda os interesses do mercado capitalista nas suas formas atuais, conforme as orientações dos organismos internacionais.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 20 de jun 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 24 jun 2019.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, I. **Metodologia da Pesquisa educacional**. São Paulo Cortez, 1994.

_____. Delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. Ed. São Paulo: Cortez; 2010.

FONSECA, M. **O Banco mundial e a educação: Reflexões sobre o caso do Brasil**. In: Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis. Editora Vozes, 2004.

GOVERNO DE RONDÔNIA, Projeto de Lei (PL) 424 de 14 de junho de 2016. **Institui o projeto de ensino médio com mediação tecnológica no âmbito da secretaria do Estado de Educação e dá outras providências**. 2016. Disponível em: <http://ditel.casacivil.ro.gov.br/cotel/Livros/Files/L3846.pdf>. Acesso em: 15 agosto 2016.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto de Ensino Médio com Mediação Tecnológica**, S/D.

HIRATA, Helena S. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M.; MADEIRA, Felícia R. (Org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 128-142.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Tradução de Olinto Beckerman. 1. Ed. São Paulo: Global, 1979.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. São Paulo, DIFEL, 1985. livro 1, v. 1.

PAIVA, V. Inovação tecnológica e qualificação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 50, p. 70-92, abr. 1995.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e Educação do Campo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, Marilsa Miranda de, ROCHA, Neidiele Bratilieri e SOARES, Gabriel Henrique Miranda. Privatização e precarização do ensino médio em Rondônia **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 115-127, jan/jun. 2018. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 22 jun. 2019.